

# Só uma política de medicamentos acabará com os improvisos



Dr. Jaldo de Souza Santos,  
Presidente do Conselho Federal de Farmácia  
E-mail <www.gabinete@cff.org.br>

Não há dúvida alguma de que o panorama da assistência farmacêutica, no Brasil, está mudando. Mas também não há razão para foguetórios de comemoração. O acordo ou protocolo de intenções que a área econômica do Governo fechou com a maioria dos laboratórios, com vistas a congelar os preços dos medicamentos, até 31 de dezembro, é algo louvável, não há dúvida. Mas não passa de um arranjo de última hora, feito devido à ausência de uma providência duradoura e consequente para resolver o problema crônico da falta de acesso da população aos medicamentos, em decorrência dos seus altos preços.

O protocolo de intenções está surtindo efeitos positivos, embora o Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal denuncie que alguns laboratórios tenham quebrado o protocolo, aumentando, em setembro, os preços dos seus produtos entre 6,11% e 35,92%. O protocolo foi firmado, no mês passado. Segundo denuncia ainda o CRF-DF, os preços de mais de 700 medicamentos foram reajustados acima dos valores de junho, que é o mês base para o cálculo do preço dos produtos. A Secretaria de Acompanhamento Econômico nega que laboratórios desonrem o protocolo, argumentando que tudo não passou de erro de impressão na lista que a ABCFarma enviou às farmácias.

Mas o setor dá mostras de que os preços da maioria dos 11.400 medica-

mentos vendidos, no Brasil, está baixando, por conta do protocolo. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), por exemplo, informa que o consumo de medicamento, em agosto, caiu em 8,35%, no Estado, em relação a julho. Um dos motivos para isso seria o fato de o usuário de medicamento, sensibilizado pelo protocolo, ter mudado de mentalidade, deixando de estocar o produto. Prefere guardar o dinheiro para comprar onde vende mais barato.

E os preços mais baratos estão mesmo surgindo, aqui e acolá, movidos pela concorrência e pelo fato de que alguns preços, na formalização do protocolo, foram congelados com valor muito elevado, o que dá às farmácias, agora, o poder de barateá-los, dentro de suas linhas de “promoção”. O prudente é o paciente pesquisar, sempre.

Esses são alguns efeitos realmente positivos do protocolo de intenções entre o Governo e a indústria. Mas, repito, é um arranjo. E, como todo arranjo, de vida curta. Quem sabe dizer o que acontecerá, a partir do dia 31 de dezembro, quando expira o protocolo? Os manuais mais simples de economia ensinam que não se pode simplesmente represar preços, pois a barragem rompe-se, ou a água passa por cima. Além do mais, dinheiro não é volátil. Se ele está desaparecendo, ali, é por que aparece, acolá.

Falei, no primeiro parágrafo, sobre a necessidade de uma providência duradoura e consequente. Qual seria ela? A resposta é única: a adoção de uma política de medicamentos, que tenha como inspiração maior o princípio da universalidade de que trata o Artigo 194 da Constituição Federal e que norteia o SUS.

O SUS prevê a assistência universal aos cidadãos. Mas, lamentavelmente, a assistência é apenas médica. A assistência farmacêutica é desprezível, vergonhosa, praticamente inexistente. Afinal, o Governo atende precariamente as necessidades de medicamento da população. Não chega a 40% da demanda.

Ora, sem fornecer gratuitamente o medicamento e com os preços destes inacessíveis a cerca de 60 milhões de habitantes – os que possuem renda zero ou próxima de zero e que não podem comprar o produto –, o Governo acaba negando o princípio da universalidade. Significa dizer que, no Brasil, só tem o medicamento quem pode comprar.

Essa pouca importância dada a uma política que assegure o medicamento gratuitamente a quem não pode comprar é também uma declaração de contradição oficial. A ausência da assistência farmacêutica plena e universal gera prejuízos astronômicos aos cofres públicos e agravamento da saúde do paciente. De que adianta o cidadão esperar dias para ir ao médico, sendo que, depois, não terá acesso ao medicamento que irá manter-lhe ou restituir-lhe a saúde? Todas as evidências levam a crer que esse paciente, uma vez não complementando o seu tratamento, poderá ter o seu estado agravado, muitas vezes carecendo de internação hospitalar. E lá se vão gastos para um SUS que reclama de falta de recursos. Contradições do Brasil.

Uma política de medicamentos iria pôr fim aos arranjos e improvisos, como esse protocolo de intenções, partindo-se para uma solução duradoura. O leitor pode dizer: “E os genéricos, não resolvem o problema?”. Respondo que os genéricos são uma verdadeira revolução na saúde brasileira, mas ainda não atendem àqueles despossuídos que, sequer, podem comprar uma cartela de *AAS Infantil*. Com uma política de medicamentos, o produto chegaria às mãos de quem precisa, independente de os preços subirem ou não, nas farmácias privadas.

Alternativas para garantir a universalidade dessa política não faltam, a exemplo do fortalecimento e da criação de novos laboratórios estatais e da redução das alíquotas de importação de matérias-primas. A população não pode ficar privada de garantir a sua saúde. É uma questão de humanidade.